

# IBGE busca o informal

*Sistema de contas novo vai permitir números mais fiéis*

Kido Guerra

Ari Aragão

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está na reta final de implantação de um sistema de contas nacionais mais complexo e abrangente que o atual, que permitirá ampliar a captação, no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto), da produção de bens e serviços no país, inclusive aquela gerada pelas atividades informais. Ou, como preferem os economistas da instituição, da economia não registrada — aquela que não é devidamente captada nas fontes estatísticas tradicionais.

Hoje, pelo sistema em vigor, o IBGE já consegue incorporar em suas contas uma considerável soma: pelo menos 12,9% do Produto Interno Bruto (cerca de US\$ 46 bilhões, no ano passado) correspondem às atividades ditas informais, abrangendo a renda e o emprego não registrados e não declarados formalmente, o que equivale aproximadamente ao PIB da Colômbia, no mesmo período.

“Esse número é um ponto de partida”, diz o chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, Cláudio Considera, explicando que ele é consequência da interposição de uma série de dados colhidos pela instituição, tendo como base o censo demográfico de 1980 que, para esse cálculo, serve como ano de referência.

**Método** — De acordo com a metodologia do IBGE, às informações do censo são incorporados os dados colhidos anualmente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), onde são captadas, além do contingente da população economicamente ativa, suas atividades e rendimentos, mesmo que tenham a informalidade como característica básica. Em seguida, é feita a comparação entre os dados colhidos pelas pesquisas econômicas tradicionais (como a Pesquisa Mensal de Emprego) e as fontes demográficas.

Por essa metodologia, 10,2% da produção industrial incorporada ao PIB pelo IBGE são relativos a atividades não-registradas, com destaque ao setor de construção civil. Nesse segmento, caracterizado pela informalidade dos vínculos de emprego e da construção de obras, o volume de renda circulante é captado pelas pesquisas demográficas e, em média, 36% do volume de recursos circulante no segmento correspondem a fontes não registradas nas pesquisas econômicas. Ainda no segmento in-

dustrial, e pelo mesmo procedimento, é possível inferir uma relativa parcela do contingente de garimpeiros (não incluídos nos censos econômicos) e autônomos de todas as atividades da indústria de transformação na formação do PIB.

“Pelo sistema em fase final de implantação, será possível captar parte do produto gerado pelas atividades de contrabando, especialmente de ouro e pedras preciosas”, diz Cláudio Considera.

No setor agrícola, é possível captar a produção e o emprego não declarados também tendo como fonte básica de pesquisa o censo demográfico, especialmente nas atividades de caça e pesca e extração de carvão vegetal.

Mas é no setor terciário (serviços) que se concentram, ao mesmo tempo, o maior contingente de mão-de-obra não registrada e os esforços do IBGE para captar o volume de bens e serviços circulante. Autônomos, *moonlighters* (trabalhadores com ocupações secundárias, geralmente em turnos distintos da atividade principal), contraventores e prostitutas entram, por exemplo, nesse universo, e pelas fontes demográficas também são captados, em parte, pela instituição que ainda é capaz, segundo Cláudio Considera, de captar uma pequena parcela da evasão fiscal, através da prática de subfaturamento e dos empregados sem vínculo formal cuja intenção é sonegar o imposto devido à Previdência Social. Também é com esse objetivo que a PNAD deste ano contera um suplemento especial dedicado à investigação da evolução do emprego não registrado no país.

**Dúvidas** — O IBGE, porém, não consegue captar uma parcela do setor informal da economia, reconhece Considera, embora afirmando que essa não deva ser muito significativa, e se concentra basicamente nas atividades criminosas (tráfico de drogas, especialmente) e se subfaturamento para sonegação de impostos.

“É evidente que o PIB medido pelo IBGE não capta toda a economia informal e estamos realizando esforços para melhorar sua qualidade. Mas supor que existe um México circulando na economia brasileira sem que ninguém enxergue é no mínimo uma irresponsabilidade de quem não tem compromisso com o que diz”, diz o economista, rejeitando as hipóteses que sugerem uma economia informal com volume em torno de US\$ 180 bilhões (praticamente a metade do PIB brasileiro no ano passado — US\$ 352 bilhões — e correspondente ao PIB mexicano).

Esse volume — diz — estaria sendo gerado por um contingente de pessoas em idade de trabalhar não contabilizadas na população efetivamente empregada no país. “Se considerássemos que todas as pessoas em idade de trabalhar não registradas como efetivamente trabalhando estariam no setor informal, certamente um exagero, a renda gerada por cada uma delas seria de US\$ 6 mil 430, enquanto que a de cada uma do setor formal equivaleria a US\$ 6 mil”, observa Cláudio Considera.



Cláudio Considera